

A.I. Nº - 299164.1561/04-2
AUTUADO - EDIVANE SANTOS ALVES (ME)
AUTUANTE - CARLOS RIZÉRIO FILHO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 05.08.04

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0278-03/04

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. MERCADORIA DESTINADA À CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO ESTADUAL CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO POR ANTECIPAÇÃO. Infração elidida. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 08/03/04, exige ICMS no valor de R\$2.339,57, acrescido da multa de 60%, em virtude da constatação, no trânsito de mercadorias, da seguinte ocorrência:

“Falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual suspensa, cancelada, em processo de baixa, baixada ou anulada”.

Foi lavrado o Termo de Apreensão e Ocorrências nº 112889.0303/04-7 (fls. 05 e 06), apreendendo as mercadorias constantes das Notas Fiscais nºs 10332, 10335, 10336 e 10337 (fl. 08 a 11).

O autuado em impugnação, à fl. 22, alega ter dirigido requerimento à Inspetoria de seu domicílio, por entender ter ocorrido uma situação equivocada que resultou no cancelamento de sua inscrição. Informa que, em 16/12/03, pediu a reativação de sua inscrição, dizendo que por volume de serviço houve demora no processamento do pedido, o que prejudicou a empresa. Anexa às fls. 23 e 24, considerações dirigidas à Inspetoria, dizendo que em 01/10/02 fez a opção pelo regime fiscal do SimBahia, e que foi enquadrada como microempresa I. Expõe que vinha pagando o imposto na conta de energia, e que estranhou o fato de ser desenquadrado da condição de microempresa, passando a condição de empresa de pequeno porte, já que vende miudezas em uma área de 30 m² no bairro da Liberdade. Diz que foi informado que constava em seu cadastro uma previsão de compras no valor de R\$356.439,88 e vendas de R\$25.301,28. Alega que nunca registrou tal volume, e que isso pode ser verificado no sistema CFAMT. Ao final, requer no mencionado documento (fls. 23 e 24) o reenquadramento para microempresa, e que o CONSEF considere que a situação foi gerada por informações cadastrais equivocadas.

A auditora que prestou a informação fiscal (fls. 31 a 32), diz que o contribuinte foi intimado para cancelamento em 05/12/03 (fl. 13), e que dentro do prazo legal de vinte dias, conforme dispõe o art. 171, §2º, do RICMS/97, protocolou pedido de reativação da inscrição em 16/12/03 (fl. 27). Dessa forma, entende que o cancelamento foi indevido, porque ocorreu dentro do período em que o requerimento do contribuinte estava sendo analisado. Ao final, considera que o contribuinte não

deve ser “penalizado” por fato ao qual não deu causa, e acrescenta que a simples intimação para cancelamento não constitui impedimento legal para a prática do comércio.

VOTO

O presente Auto de Infração exige ICMS por antecipação, sob a acusação de que o autuado encontrava-se com a inscrição estadual cancelada ao adquirir mercadorias em outra unidade da Federação.

No entanto, da análise dos elementos constitutivos do PAF, constata-se que o contribuinte foi intimado para cancelamento em 05/12/03 (fl. 13), e que dentro do prazo legal de vinte dias, conforme dispõe o art. 171, §2º, do RICMS/97, protocolou pedido de reativação da inscrição, ou seja, em 16/12/03 (fl. 27).

Dessa forma, da mesma maneira que a auditora que prestou a informação fiscal, entendendo que o cancelamento foi indevido, já que foi efetuado dentro do período em que o requerimento de reativação do contribuinte deveria ter sido analisado.

Portanto, considerando que o contribuinte não deve ser apenado por falha de terceiro, já que a Inspetoria cancelou sua inscrição indevidamente, pelo fato de não ter analisado o pedido de reativação, interposto em tempo hábil, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **299164.1561/04-2**, lavrado contra **EDIVANE SANTOS ALVES (ME)**.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de julho de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TEREZA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA